

Atlântica Companhia de Seguros

**Demonstrações contábeis
intermediárias em
30 de junho de 2018 e de 2017**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis intermediárias	7
Balancos patrimoniais	10
Demonstração dos resultados	11
Demonstração dos resultados abrangentes	12
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	14
Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias	15

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Atlântica Companhia de Seguros, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho das Operações de Seguros

A Atlântica Companhia de Seguros apresentou, no primeiro semestre de 2018, faturamento de R\$ 61,941 milhões.

O faturamento apresentado é composto pelas emissões de prêmios do Seguro de Garantia Estendida, produto comercializado através de Contrato de Representação de Seguros com rede varejista, e também do Seguro DPVAT, correspondente à participação da companhia no convênio administrado pela Seguradora Líder.

Resultado do Semestre

A Atlântica Companhia de Seguros apresentou no primeiro semestre de 2018, lucro de R\$ 18,916 milhões (prejuízo de R\$ 187,350 milhões no primeiro semestre de 2017). Parte significativa desse prejuízo decorreu da reavaliação periódica da Administração sobre a recuperabilidade de custos de aquisição antecipados à rede varejista

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas da Atlântica Companhia de Seguros, em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros - Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Sociedade, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado.

Investimentos

Os Ativos financeiros estão classificados nas categorias “Valor Justo por meio do Resultado” e “Disponível para Venda”, conforme normas contábeis em vigor.

Gestão de Riscos

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Atlântica Companhia de Seguros faz parte, em linha com os modelos adotados no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui uma Estrutura de Gestão de Riscos implantada, a Diretoria Gerencial de Gestão de Riscos, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que o Grupo está exposto sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.

Estão inseridos, nesse contexto, categorizar os riscos relevantes para compor o perfil de riscos, monitorar os tipos de risco assumidos com base nas compensações risco-retorno, para alcançar os objetivos estratégicos e buscar eficiência na gestão de capital, assegurar o acultramento de gestão de riscos nos vários níveis de atuação das empresas do Grupo, incluindo a difusão das políticas, normas e processos, bem como o monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos.

O Grupo Bradesco Seguros mantém níveis de capital de acordo com os requerimentos regulatórios. Nos termos da legislação vigente, o Capital Mínimo Requerido (CMR) para funcionamento das sociedades seguradoras deverá ser o maior valor entre o capital base e o capital de risco, conforme Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações subsequentes. As sociedades deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), e liquidez em relação ao capital de risco.

Governança Corporativa

Com o objetivo de preservar a confiabilidade e sempre contribuir para o desenvolvimento organizacional sustentável, o sistema de governança corporativa prevê relações entre as partes interessadas, externas e internas, as devidas prestações de contas baseadas em princípios de equidade, transparência, ética e uma gestão que busque sempre a excelência em seus processos, em conjunto com ferramentas eficientes de monitoramento, assegurando a aderência regulatória e a preservação dos valores estabelecidos nos Códigos de Conduta Ética da Organização e Códigos de Conduta Ética Setoriais.

Fundamentados nessas premissas, mecanismos implementados colaboram na administração da Atlântica Companhia de Seguros: uma estrutura de comitês, que dá suporte à Administração, resguardando os mais elevados padrões de conduta e de responsabilidade corporativa; canais de comunicação para acolher opiniões, críticas, reclamações e informações sobre violações aos princípios contidos no Código de Conduta Ética, tratadas com confidencialidade; normas e procedimentos internos para traçar com clareza as diretrizes e responsabilidades de todos os profissionais que fazem parte do Grupo Bradesco Seguros.

Controles Internos e *Compliance*

A conformidade às leis e regulamentações é indispensável nas atividades de Controles Internos e *Compliance* do Grupo Bradesco Seguros. Para a garantia desse requisito, a monitoria da publicação de normativos, pelos Órgãos Reguladores, é realizada diariamente, seguida do acompanhamento das ações necessárias, até a respectiva implementação para o atendimento regulatório.

Ainda em atendimento às determinações legais e baseado na política da Organização Bradesco, a Atlântica Companhia de Seguros realiza periodicamente testes de aderência dos controles, avaliando sua efetividade na mitigação dos riscos, de acordo com os requerimentos da seção 404 da Lei Americana *Sarbanes-Oxley* e/ou com os principais *frameworks* de controles, como o *COSO* (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e o *COBIT* (*Control Objectives for Information and Related Technology*).

Os trabalhos de controles internos são desenvolvidos em conjunto com as diversas áreas gestoras de serviços, produtos e processos, visando proporcionar segurança razoável para o alcance dos objetivos relacionados às operações, divulgação e conformidade com leis e regulamentações externas, políticas, normas e procedimentos internos. Os resultados obtidos são reportados

periodicamente à Alta Administração, ao Comitê de Controles Internos e *Compliance* e ao Comitê de Auditoria, ambos da Organização Bradesco.

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo

A Atlântica Companhia de Seguros, com o compromisso constante de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento ao Terrorismo e à Corrupção em suas operações, atividades e relacionamentos, atua continuamente para assegurar a conformidade às regulamentações editadas pelos órgãos competentes e, principalmente, cooperando com os esforços das autoridades governamentais, nacionais e internacionais, de controle, para o enfrentamento dessas práticas.

Reafirmando esse compromisso, a Companhia atua ativamente no aprimoramento dos controles existentes, que são fundamentais para o processo de prevenção e detecção de situações com indícios de lavagem de dinheiro. Esta estrutura prevê a análise individualizada de suspeição e a comunicação de propostas, operações ou situações com indícios, ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), bem como a atuação do Comitê Executivo de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo, que objetiva acompanhar a efetividade das atividades relacionadas ao assunto, no Grupo Bradesco Seguros. Destaca-se também o programa de treinamento sobre o tema, ao quadro de funcionários, que abrange palestras presenciais, cursos à distância e disponibilização de cartilhas.

Prevenção à Fraude

A Atlântica Companhia de Seguros coíbe e busca combater toda prática ou negócio com indícios de fraude ou qualquer outra prática ilícita, independentemente de sua proporção. Mantém-se também, vigilante na prevenção e detecção dessas possíveis ocorrências, minimizando seus riscos operacionais, legais e reputacionais, assegurando assim, a aderência às regulamentações vigentes.

Dada a importância do tema, a Companhia adota mecanismos de controles internos e também disponibiliza diferentes canais de denúncia aos funcionários e à sociedade, para que possam relatar situações com indícios de cometimento dessa prática ilícita, acompanhando e apurando, quando cabível, as operações que apresentam indícios de irregularidades.

Plano e Gestão de Continuidade de Negócios

Quando da ocorrência de um evento inesperado que venha interromper suas operações, a Atlântica Companhia de Seguros está preparada para continuar seus processos críticos e essenciais de negócios, em especial aqueles que afetam o cliente, através do Plano de Continuidade de Negócios (PCN). Trata-se de um conjunto de atividades, garantido por simulações e testes programados ou não, que visa assegurar a manutenção de suas operações, minimizando os efeitos e as perdas decorrentes de interrupções não previstas.

Segurança da Informação

A informação é um dos elementos do negócio mais importante para o Grupo Bradesco Seguros. O zelo pela informação, no que tange a sua disponibilidade, integridade e confidencialidade, tem sido uma meta constante da gestão da informação. Nessa linha, são analisadas as normas e os regulamentos, de caráter interno e externo, que incidem em alterações nas instruções, riscos e controles de Segurança da Informação.

Diante desse compromisso, o Grupo tem realizado a disseminação da cultura, por meio da divulgação da Política e das Normas Corporativas de Segurança da Informação, da publicação de matérias nos canais internos de comunicação disponíveis, abordando os mais diversos tipos de assuntos sobre o tema, com o intuito de garantir a conformidade com as melhores práticas de Segurança da Informação disponíveis no mercado.

Agradecimentos

Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos segurados e corretores, o apoio recebido dos Órgãos Reguladores e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e colaboradores.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 2018.

Diretoria



KPMG Auditores Independentes
Av. Dionysia Alves Barreto, 500 - 10º andar - Cj. 1001 - Centro
06086-050 - Osasco/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 2856-5300, Fax +55 (11) 2856-5320
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Aos Administradores e Acionistas da
Atlântica Companhia de Seguros
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis intermediárias da Atlântica Companhia de Seguros ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis intermediárias acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atlântica Companhia de Seguros em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis intermediárias". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis intermediárias e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis intermediárias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis intermediárias.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

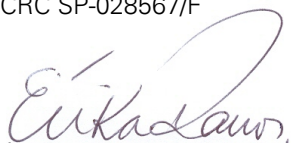
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 30 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-028567/F



Érika Carvalho Ramos
ContadorCRC 1SP224130/O-0

Atlântica Companhia de Seguros

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Circulante		767.772	916.471	Circulante		349.537	308.112
Disponível		5	20	Contas a pagar		10.601	7.599
Caixa e bancos		5	20	Obrigações a pagar	9	6.453	2.717
Aplicações	4	691.342	812.623	Impostos e encargos sociais a recolher		2	2
Créditos das operações com seguros e resseguros	6	8.036	5.279	Impostos e contribuições	10	4.139	4.785
Prêmios a receber		7.479	5.279	Outras contas a pagar		7	95
Operações com seguradoras		557	-	Débitos de operações com seguros e resseguros		3.565	2.174
Outros créditos operacionais		378	1.313	Operações com seguradoras		295	83
Títulos e créditos a receber	7a	151	155	Corretores de seguros e resseguros		19	17
Créditos tributários e previdenciários		151	155	Outros débitos operacionais	11	3.251	2.074
Despesas antecipadas		1.292	2.073	Depósitos de terceiros		31	-
Custos de aquisição diferidos	12d	66.568	95.008	Provisões técnicas - seguros	12	335.340	298.339
Seguros		66.568	95.008	Danos		335.340	298.339
Ativo não circulante		560.330	378.610	Passivo não circulante		84.465	104.505
Realizável a longo prazo		558.428	377.394	Provisões técnicas - Seguros	12	81.988	101.854
Aplicações	4	347.784	152.889	Danos		81.988	101.854
Títulos e créditos a receber		179.823	177.484	Outros débitos		2.477	2.651
Créditos tributários e previdenciários	7	168.278	166.172	Provisões judiciais	13	2.316	2.338
Depósitos judiciais e fiscais	8	11.467	11.238	Outras provisões		161	313
Outros créditos operacionais		78	74	Patrimônio líquido			
Despesas antecipadas		374	780		14	894.100	882.464
Custos de aquisição diferidos	12d	30.447	46.241	Capital social		1.047.000	1.047.000
Seguros		30.447	46.241	Ajustes com títulos e valores mobiliários		(6.696)	584
Investimentos		685	463	Prejuízos acumulados		(146.204)	(165.120)
Participações societárias		685	463	Total do ativo		1.328.102	1.295.081
Imobilizado		638	399	Total do passivo e patrimônio líquido		1.328.102	1.295.081
Bens móveis		295	178				
Outras imobilizações		343	221				
Intangível		579	354				
Outros intangíveis		579	354				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Atlântica Companhia de Seguros

Demonstração dos resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2018	2017
Prêmios emitidos	18a	61.941	97.170
Varição das provisões técnicas de prêmios		54.547	73.169
Prêmios ganhos	17	<u>116.488</u>	<u>170.339</u>
Receitas com emissão de apólices	18b	3.552	3.356
Sinistros ocorridos	18c	(34.441)	(49.597)
Custos de aquisição	18d	(55.890)	(423.521)
Outras (despesas) e receitas operacionais	18e	(8.571)	(5.485)
Despesas administrativas	18f	(10.786)	(15.139)
Despesas com tributos	18g	(5.466)	(7.518)
Resultado financeiro	18h	<u>28.948</u>	<u>16.484</u>
Receitas Financeiras		41.248	40.999
Despesas Financeiras		(12.300)	(24.515)
Resultado operacional		<u>33.834</u>	<u>(311.081)</u>
Ganhos com ativos não correntes		<u>-</u>	<u>20</u>
Resultado antes dos impostos e participações		<u>33.834</u>	<u>(311.061)</u>
Imposto de renda	18i, 19	(8.448)	77.727
Contribuição social	18i, 19	(6.470)	45.984
Lucro (prejuízo) do semestre		<u>18.916</u>	<u>(187.350)</u>
Quantidade de ações		<u>2.207.711.864</u>	<u>935.440.963</u>
Lucro/ (Prejuízo) por lote de mil ações - R\$		<u>8,57</u>	<u>(200,28)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Atlântica Companhia de Seguros

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			Ajustes com títulos e valores mobiliários	Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldos em 1º de janeiro de 2017	547.000	3.205	1.058	-	-	551.263
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(187.350)	(187.350)
Saldos em 30 de junho de 2017	547.000	3.205	1.058	-	(187.350)	363.913
Saldos em 1º de janeiro de 2018	1.047.000	-	-	584	(165.120)	882.464
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	(7.280)	-	(7.280)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	18.916	18.916
Saldos em 30 de junho de 2018	1.047.000	-	-	(6.696)	(146.204)	894.100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Atlântica Companhia de Seguros

Demonstração dos resultados abrangentes

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Lucro (prejuízo) do semestre	<u>18.916</u>	<u>(187.350)</u>
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda: Companhia	(12.133)	-
Efeitos dos impostos	4.853	-
Total do resultado abrangente do semestre	<u>11.636</u>	<u>(187.350)</u>
Atribuível ao controlador	<u>11.636</u>	<u>(187.350)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Atlântica Companhia de Seguros

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Lucro (prejuízo) antes dos impostos e participações	33.834	(311.061)
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	94	55
Despesas antecipadas	1.187	1.876
Custos de aquisição diferidos	44.234	386.047
Variações das provisões técnicas	27.695	(59.441)
Provisão para riscos sobre créditos	-	(25)
Ganho na alienação de investimentos	-	(21)
Juros e variação monetária	96	(356)
Lucro líquido do semestre	107.140	17.074
Variações nas contas patrimoniais aumento/(redução):		
Aplicações - títulos a valor justo por meio do resultado	121.281	9.548
Créditos das operações com seguros e resseguros	(2.757)	15.094
Outros créditos operacionais	935	621
Títulos e créditos a receber	(12.171)	(4.233)
Contas a pagar	15.920	5.083
Débitos das operações de seguros	1.391	(13.584)
Depósitos de terceiros	31	-
Provisões técnicas - seguros	(10.841)	(21.964)
Outros débitos	(218)	(94)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	113.571	(9.529)
Imposto de renda sobre o lucro pago	(7.336)	(4.189)
Contribuição social sobre o lucro pago	(5.582)	(3.369)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	207.793	(13)
Atividades de investimento		
Aplicações - Títulos disponíveis para a venda	(194.895)	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários - negativos	(12.133)	-
Aquisição de imobilizado	(308)	(14)
Aquisição de investimentos	(222)	-
Ativo intangível desenvolvido internamente	(250)	(124)
Alienação de imobilizado	-	160
Alienação de investimentos	-	98
Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades de investimentos	(207.808)	120
(Redução) /aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(15)	107
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre	20	9
Caixa e equivalente de caixa no final do semestre	5	116
(Redução) /aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(15)	107

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia é integrante do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as modalidades de seguros de danos em todo o território nacional. O endereço registrado da sede da Companhia é Rua Barão de Itapagipe nº 225, parte, Rio de Janeiro.

A Companhia é controlada diretamente pela Bradesco Seguros S.A. e em última instância pelo Banco Bradesco S.A.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, sendo os custos das estruturas operacional e administrativa comuns absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Essas demonstrações contábeis intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Bradesco em 25 de julho de 2018.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis intermediárias.

a. Base de preparação

Em consonância à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações subsequentes, as demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações contábeis intermediárias estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

b. Base para avaliação, de apresentação e moeda funcional

As demonstrações contábeis intermediárias estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A moeda funcional da Companhia é o Real.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis intermediárias de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas: 2e - Classificação dos contratos de seguros; 4 - Aplicações; 7 (a) - Créditos tributários e previdenciários; 12 - Provisões técnicas - Seguros e Custos de aquisição diferidos, incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

d. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data base. Os títulos e valores mobiliários a “valor justo por meio do resultado” estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento (conforme nota explicativa nº 4b).

Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no Ativo ou Passivo Não Circulante.

Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e, os passivos de provisões técnicas, acompanham suas características e objetivos.

e. Classificação dos contratos de seguros

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado, é classificado como um contrato de seguro.

f. Aplicações e instrumentos financeiros

A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC's 38, 39, 40(R1) e 46, cujos critérios de classificação, mensuração e avaliação, descritos a seguir:

(i) Disponível e Equivalentes de Caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(ii) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

(iii) *Ativos financeiros mantidos até o vencimento*

Caso a Administração tenha a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos classificados nesta categoria são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do período.

(iv) *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do período.

(v) *Determinação do valor justo*

Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

(vi) *Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros*

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado do período.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda, para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado, para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, não são revertidas.

(vii) *Empréstimos e recebíveis*

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados na rubrica “Crédito das operações com seguros e resseguros” que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(viii) Redução ao valor recuperável de Empréstimos e recebíveis

A redução ao valor recuperável dos prêmios a receber e operações com seguradoras, é constituída sobre os prêmios a receber com período de inadimplência superior a 60 dias da data do vencimento. A redução a valor recuperável considera, inclusive, os riscos já decorridos e os prêmios a receber vencidos e não pagos, cuja vigência já tenha expirado, na eventualidade de que a apólice, por qualquer motivo, não tenha sido cancelada.

g. Custo de aquisição

Os custos de aquisição são diferidos e apropriados ao resultado proporcionalmente ao reconhecimento do prêmio ganho.

h. Imobilizado

O imobilizado de uso é reconhecido ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do período.

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes taxas anuais para os períodos correntes e comparativos: 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos e 20% para equipamentos de informática.

i. Intangível

Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por *impairment*. A taxa de amortização é de 20% ao ano.

Despesas de desenvolvimento interno de *software* são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos *softwares* de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de *softwares* desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada gerada durante a vida útil e são testados por *impairment*, caso haja indicativo de perda.

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todos os demais custos são contabilizados como despesas à medida que são incorridas.

j. Provisões técnicas

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada “pro rata” dia, com base nos prêmios emitidos, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros. A parcela desta provisão correspondente à estimativa para os riscos vigentes, mas não emitidos, é constituída na PPNG-RVNE.

A provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é constituída com base nos sinistros ocorridos e ainda não pagos (IBNP) subtraindo o saldo da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) na data-base do cálculo. Para apurar o IBNP é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de *run-off* trimestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos nos últimos 11 trimestres, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência e considera ainda a estimativa dos sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER), refletindo a expectativa de alteração do montante provisionado ao longo do processo de regulação.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída com base nas estimativas de pagamentos de indenizações avisadas até a data do balanço, considerando todos os sinistros administrativos e judiciais, atualizados e corrigidos monetariamente.

Outras provisões correspondem à Provisão de Despesas Administrativas (PDA), decorrentes das operações de seguros do ramo DPVAT.

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP), de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor. Para a data-base não foi identificado necessidade de constituição de provisão complementar de cobertura.

k. Operações com o Convênio DPVAT

A receita de prêmios de DPVAT e as respectivas provisões técnicas são contabilizadas, com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. (Seguradora Líder) na proporção do percentual de participação da Companhia. Compete à Seguradora Líder as funções de recolher os prêmios, coordenar a emissão dos bilhetes, liquidar os sinistros e pagar as despesas de administração com os recursos dos consórcios, de acordo com a Resolução CNSP nº 332/2015 e alterações subsequentes. Conforme definido em instrumentos dos consórcios, 50% do resultado mensal são retidos pela Seguradora Líder ao longo do período e repassados líquidos aos participantes do consórcio no início do exercício social seguinte. Os outros 50% dos resultados a distribuir são repassados líquidos no mês subsequente ao da apuração mensal.

l. Teste de adequação de passivo (TAP)

A Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 de Contratos de Seguros e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera a soma do saldo contábil das provisões técnicas de contratos de seguro bruto de resseguro, deduzido da despesa de comercialização diferida (Custos de aquisição diferidos) relacionados às provisões técnicas, comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados.

O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocáveis relacionadas aos sinistros, e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros.

Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados, a Companhia utilizou as taxas a termo livres de risco definidas pela SUSEP.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas alocáveis a sinistros, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos PSL e IBNR.

O valor presente esperado do fluxo relativo a sinistro a ocorrer, relativo às apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas, foi comparado à soma da PPNG e PPNG-RVNE. O resultado do teste de adequação de passivo não apresentou insuficiência e, conseqüentemente, não houve a necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base. A sinistralidade projetada no estudo desta Companhia foi de 12,63%

Em linha com as determinações da Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações subsequentes, não foram incluídos no teste de adequação os passivos relacionados ao seguro DPVAT.

m. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

(i) Ativos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

(ii) Passivos contingentes

As ações judiciais são contabilizadas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os passivos contingentes classificados como remotos não são divulgados.

(iii) Obrigações legais

As obrigações fiscais e previdenciárias decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias.

n. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 120 para o semestre. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada, até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%, para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e retornará à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Em decorrência da alteração da alíquota, a Companhia constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente e o imposto a pagar sobre lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que sejam apurados lucros futuros sujeitos à tributação contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

o. Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

Os prêmios de seguro e cosseguros aceitos, e os respectivos custos de aquisição correspondentes, são registrados no resultado quando da emissão das respectivas apólices e apropriados, em bases lineares, por meio da variação da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos, no decorrer do período de vigência das apólices.

As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

As receitas e despesas decorrentes de operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos, receitas de dividendos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

p. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Novas normas ou alterações de normas e interpretações que são efetivas para períodos iniciados em e após 1º de janeiro de 2018 e ainda não aprovadas pela SUSEP.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros

Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2018, apresenta novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A Companhia optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 e continuará a aplicar o IAS 39/CPC 48 até a data efetiva do IFRS 17 de Contratos de Seguros.

CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil

Entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, o objetivo desta norma é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações, esta norma altera de maneira mais substancial a contabilidade das entidades arrendatárias, sendo também requeridas certas divulgações no caso das entidades arrendadoras. A Companhia está em processo de avaliação dos impactos e prevê um impacto nos contratos de aluguéis.

IFRS 17 - Contratos de Seguros

A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da companhia.

A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2021.

Os normativos, CPC 06-R2, CPC 48 e a norma IFRS 17, ainda não traduzida, serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

3 Gerenciamento de riscos

a. Introdução

A Companhia está exposta aos riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração e o gerenciamento de riscos.

Estrutura de gerenciamento de risco

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Companhia.

São realizados investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem valor agregado.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho da Companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, colaboradores, fornecedores, etc, bem como, agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos.

Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, Comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo diretrizes e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos, voltados a estas atividades.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado em estrutura independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua adequada identificação e mensuração.

A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos permite que os riscos de seguro, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

Para assegurar a uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um fórum constante de alto nível, sobre o tema com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Essa instância denominada Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros estuda todos os riscos (seguros, crédito, mercado, liquidez e operacional), define os limites de tolerância aos seus respectivos riscos e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições.

Adicionalmente, foi instituída a Comissão Técnica de Premissas e Modelos, que tem como principal atribuição avaliar e antecipar possíveis impactos quando da alteração de premissas no cálculo das provisões, alteração de estratégia no lançamento de produtos e assuntos relacionados à Gestão de Capital com impacto na Solvência ou nível de Appetite a Riscos. Existem ainda, os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao Risco de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital que tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

b. Risco de seguro/ subscrição

O risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato de seguros onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição que advém de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição, no que se refere às incertezas existentes tanto na definição das premissas atuariais, quanto na constituição das provisões técnicas e cálculo dos prêmios de seguro. Em síntese é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela Companhia.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Superintendência Técnica. As políticas de subscrição e aceitação de riscos são periodicamente avaliadas através de grupos de trabalho. Além disso, a Diretoria Gerencial de Gestão de Riscos, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos, têm como uma de suas principais atribuições, cálculo de capital regulatório para esse negócio e certifica os estudos de precificação de novos produtos.

Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros

Os sinistros são devidos à medida que ocorridos. A Companhia deve efetuar a indenização de todos os eventos vigentes ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência deste. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR). O custo estimado de sinistro inclui despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação.

Considerando as incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, pode acontecer da liquidação final mostrar-se diferente do passivo inicialmente constituído.

Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A Companhia realiza periodicamente a análise dos fluxos de ativos e passivos mantidos em carteira, Asset Liability Management (ALM). A metodologia da análise compreende a observação de suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos, assim como a duração dos ativos em relação à duração dos passivos. O objetivo é verificar se a situação da carteira de ativos e passivos está equilibrada para honrar os compromissos futuros da Companhia com seus segurados.

As premissas atuariais utilizadas na geração do fluxo dos passivos estão em linha com as características da carteira de produtos da Companhia.

Gerenciamento de riscos por segmento de negócios

A Companhia opera na modalidade de seguros de garantia estendida e, apesar da emissão ser através de cosseguro aceito, o monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros).

Principais riscos associados aos seguros de garantia estendida

- Flutuações na ocasião, frequência dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas a expectativas;
- Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos; e
- Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

Resultados da análise de sensibilidade

Alguns resultados da análise de sensibilidade estão apresentados abaixo. Para cada cenário de sensibilidade, é demonstrado o impacto no resultado da Companhia de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator.

Seguros de Bens - Sensibilidades em 30 de junho de 2018

Para os seguros de bens, a tabela abaixo apresenta o impacto no resultado e patrimônio líquido caso houvesse aumento na sinistralidade em 1 ponto percentual nos últimos seis meses da data-base do cálculo:

Impacto no resultado e patrimônio líquido após impostos e contribuições	Bruto de Resseguro (R\$ mil)
Garantia Estendida / Extensão de Garantia - Bens em Geral	(473)

Concentração de riscos

As potenciais exposições à concentração de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos vendidos por região geográfica e segmentos de negócio. A exposição da Companhia refere-se às emissões do produto Garantia Estendida aceitas em cosseguro, cujos valores de prêmios emitidos totalizam R\$ 30.069 em 30 de junho de 2018 (R\$ 59.236 em 30 de junho de 2017).

c. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

Gerenciamento do risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Conforme exposto acima, o gerenciamento de risco de crédito é realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

Salienta-se, nesta atividade, o controle dos custos com despesas de comissão relativos à comercialização de apólices de seguros do produto de garantia estendida, através de rede varejista, onde a administração da Companhia realiza o monitoramento do acordo contratual celebrado vis-à-vis o plano de negócios aprovado e, na ocorrência do desequilíbrio contratual previsto, realiza a contabilização da movimentação dos custos de aquisição diferidos frente aos resultados auferidos.

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos de renda fixa públicos e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, como demonstrado abaixo:

	2018		
	AAA(*)	Sem rating	Total
Ativos financeiros - Rating			
Valor justo por meio do resultado	471.519	219.823	691.342
Título de renda fixa privado	35.952	219.823	255.775
Título de renda fixa público	435.567	-	435.567
Disponível para a venda	347.784	-	347.784
Título de renda fixa público	347.784	-	347.784

(*) Os títulos públicos classificados nessa coluna referem-se a títulos do tesouro brasileiro (risco soberano).

Trimestralmente são realizadas as reuniões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, do Comitê Executivo de Investimentos e, mensalmente, a Reunião Interna de Alocação de Ativos pela Área de Gestão de Investimentos da Bradesco Seguros S.A. para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

d. Risco de liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrirmos altas exigências de liquidez.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta:

	Prazo estimado de realização	
	Fluxo de Ativos (i)	Fluxo de Passivos (ii)
A vista ou sem vencimento definido	5	-
Fluxo de 0 a 3 meses	711.986	19.351
Fluxo de 3 a 6 meses	-	10.458
Fluxo de 6 a 9 meses	12.641	3.318
Fluxo de 9 a 12 meses	-	5.427
Fluxo de 12 a 60 meses	466.813	29.942
Total	1.191.445	68.496

- (i) Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. O fluxo de ativos considera o caixa e equivalente de caixa, aplicações (exceto DPVAT), créditos das operações com seguros e resseguros.
- (ii) O fluxo de passivos considera os passivos de contas a pagar, provisões técnicas (exceto DPVAT) e os débitos das operações com seguros e resseguro. As provisões técnicas foram distribuídas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro (diferença de sinistros e prêmios esperados futuros), considerando o término de vigência dos contratos de seguros vigentes e a melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento.

Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivos assegurar a existência de normas, critérios e monitoramento contínuo no processo bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez. Trimestralmente é realizada a reunião do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório e aprimoramento nos processos de gestão.

e. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo realizado de forma corporativa é aprovado pelo Conselho de Administração do Conglomerado Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos de negócios, bem como pelo Comitê Executivo de Investimentos e Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros. Posteriormente, são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira de investimentos financeiros da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das linhas de negócio. Nesse tipo de operação a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas.

O principal risco de monitoramento é o relacionado a taxa de juros.

Modelos de mensuração do risco de mercado

As posições são mensuradas mediante a metodologia de VaR Delta-Normal para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes.

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (*Economic Value Equity*), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente ajuste contábil.

Análise de sensibilidade de risco de mercado

	Cenário
	Choque de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços
Fator de Risco	
Taxa Pré-fixada de 1 ano	7,66%

Os impactos, líquidos de efeitos fiscais, desse cenário sobre as posições seriam os seguintes:

	Fator de risco		
	Taxa de juros em Reais	Total sem correlação	Total com correlação
Período			
Junho/2018	(46)	(46)	(46)
Definição	Exposições sujeitas à variações de taxas de juros pré-fixadas e cupons de taxas de juros		

f. Risco operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

Gerenciamento do risco operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento.

Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo as seguintes atribuições:

- Garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Risco Operacional e de Continuidade de Negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar, as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital; e
- Avaliar e submeter à validação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital do Banco Bradesco, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente.

Procedimentos de controle e monitoramento contínuo

- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes de risco operacional, assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento e controle do processo, possibilitando à redução dos impactos, ao menor custo.
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

g. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de Capital é realizado de forma corporativa e visa assegurar que o Grupo Bradesco Seguros mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características de cada empresa do Grupo. Para tanto, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação.

O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, atendendo os limites definidos pelos Órgãos Reguladores e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

h. Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

4 Aplicações

a. Resumo da classificação das aplicações

	30/06/2018	%	31/12/2017	%
Títulos a valor justo por meio do resultado	691.342	66,53	812.623	84,16
Títulos de renda fixa - Fundos de investimento	691.342	66,53	812.623	84,16
Títulos disponíveis para venda	347.784	33,47	152.889	15,84
Títulos de renda fixa - Notas do tesouro nacional	267.008	25,70	152.889	15,84
Títulos de renda fixa - Letras do tesouro nacional	80.776	7,77	-	-
Total	1.039.126	100,00	965.512	100,00

b. Composição das aplicações por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a “valor justo por meio do resultado” estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Os valores dos títulos que compõem os investimentos, relativos a fundos de investimentos exclusivos do Grupo Bradesco Seguros, estão abaixo apresentados com base no percentual de participação da Companhia nos respectivos fundos de investimentos.

	2018				
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	Acima de 360 dias	Valor contábil/ valor justo	Valor custo atualizado	Ajuste a valor justo
Títulos a valor justo por meio do resultado	255.775	435.567	691.342	691.514	(172)
Letras financeiras do tesouro	-	435.567	435.567	435.739	(172)
Quotas de fundos de investimento	219.823	-	219.823	219.823	-
Letras financeiras do tesouro - operação Compromissada (nota 16a)	35.952	-	35.952	35.952	-
Títulos disponíveis para venda	-	347.784	347.784	358.944	(11.160)
Notas do tesouro nacional	-	267.008	267.008	274.852	(7.844)
Letras do tesouro nacional	-	80.776	80.776	84.092	(3.316)
Total em 30 de junho de 2018	255.775	783.351	1.039.126	1.050.458	(11.332)

2017					
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	Acima de 360 dias	Valor contábil/ valor justo	Valor custo atualizado	Ajuste a valor justo
Títulos a valor justo por meio do resultado	209.288	603.335	812.623	812.747	(124)
Letras financeiras do tesouro	-	603.335	603.335	603.459	(124)
Quotas de fundos de investimentos	148.996	-	148.996	148.996	-
Letras financeiras do tesouro - operação Compromissada (nota 16a)	60.292	-	60.292	60.292	-
Títulos disponíveis para venda	-	152.889	152.889	151.916	973
Notas do tesouro nacional	-	152.889	152.889	151.916	973
Total em 31 de dezembro de 2017	209.288	756.224	965.512	964.663	849

c. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	30/06/2018	31/12/2017
Total das provisões técnicas	417.328	400.193
(-) Carregamento de comercialização (*) - garantia estendida	93.896	138.780
(-) Direito creditório	7.460	5.262
(-) Provisão de convênio - DPVAT	219.648	148.796
Total a ser coberto (A)	96.324	107.355
Quotas de fundos de investimentos	293.538	284.589
Total dado em cobertura (B)	293.538	284.589
Suficiência (B) - (A)	197.214	177.234

(*) Refere-se a despesas com estipulantes efetivamente liquidadas em conformidade com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações subsequentes.

d. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- **Nível 2:** *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	30/06/2018			31/12/2017		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Valor justo por meio do resultado	435.567	255.775	691.342	603.335	209.288	812.623
Letras financeiras do tesouro	435.567	-	435.567	603.335	-	603.335
Quotas de fundos de investimentos	-	219.823	219.823	-	148.996	148.996
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada	-	35.952	35.952	-	60.292	60.292
Disponíveis para venda	347.784	-	347.784	152.889	-	152.889
Notas do tesouro nacional	267.008	-	267.008	152.889	-	152.889
Letras do tesouro nacional	80.776	-	80.776	-	-	-
Total	783.351	255.775	1.039.126	756.224	209.288	965.512

e. Movimentação das aplicações

	2018		
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo em 1º de janeiro	812.623	152.889	965.512
(+) Aplicações	110.716	200.706	311.422
(-) Resgates	(253.823)	(7.029)	(260.852)
(+) Rendimentos	21.826	13.351	35.177
(+/-) Ajuste a valor justo	-	(12.133)	(12.133)
Saldo em 30 de junho	691.342	347.784	1.039.126

	2017	
	Valor justo por meio do resultado	Total
Saldo em 1º de janeiro	467.506	467.506
(+) Aplicações	65.270	65.270
(-) Resgates	(101.177)	(101.177)
(+) Rendimentos	26.359	26.359
Saldo em 30 de junho	457.958	457.958

f. Desempenho e taxas contratadas

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 30 de junho de 2018, o desempenho global das aplicações, atingiu 111,24% do CDI no acumulado do período e as taxas médias contratadas das aplicações, por indexador, foram 9,36% (títulos pré-fixados) e 100% da SELIC (títulos pós-fixados).

5 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui posição pendente de derivativos em 30 de junho de 2018.

6 Créditos das operações com seguros e resseguros

a. Prêmios a Receber e operações com seguradoras - Garantia Estendida

	30/06/2018	31/12/2017
A vencer		
Até 30 dias	3.810	-
De 31 a 60 dias	3.669	5.279
Total a vencer	7.479	5.279
Vencidos		
Até 30 dias	557	-
Total vencido	557	-
Total	8.036	5.279

b. Movimentação dos prêmios a receber e operações com seguradoras

	Prêmios		Seguradoras
	2018	2017	2018
Saldo inicial em 1º de janeiro	5.252	22.570	-
(+) Prêmios emitidos	31.398	60.018	-
(-) Recebimentos	(28.647)	(74.997)	-
(-) Transferência para Operações com Seguradora - Cosseguro vencido	(557)	-	557
Saldo em 30 de junho (*)	7.446	7.591	557

(*) Não contempla prêmios de riscos vigentes não emitidos no montante de R\$ 33 (R\$ 302 em 2017).

7 Créditos tributários e passivos fiscais - Diferidos

a. Créditos tributários e previdenciários

Ativo	30/06/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos a compensar	151	-	151	155	-	155
Créditos e tributários diferidos (b-i)	-	170.107	170.107	-	168.308	168.308
Obrigações fiscais diferidas (b- ii)	-	(1.829)	(1.829)	-	(2.136)	(2.136)
Total	151	168.278	168.429	155	166.172	166.327

b. Origens dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

(i) Créditos tributários diferidos

	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2018
Provisão para contingências fiscais	888	18	-	906
Provisão para contingências cíveis	52	-	(32)	20
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	10	-	-	10
Outros (*)	167.358	19	(2.670)	164.707
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	168.308	37	(2.702)	165.643
Ajuste a valor de mercado - título disponível para venda	-	4.464	-	4.464
Total dos créditos tributários	168.308	4.501	(2.702)	170.107
	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2017
Provisão para contingências fiscais	826	39	-	865
Provisão para contingências cíveis	165	-	(67)	98
Outros (*)	40.854	129.755	-	170.609
Total dos créditos tributários	41.845	129.794	(67)	171.572

(*) Refere-se substancialmente aos créditos tributários incidentes sobre a perda relativa às despesas de comercialização diferidas, referentes ao contrato junto a rede varejista na comercialização do produto garantia estendida, reconhecidas no período conforme mencionado na Nota Explicativa nº 12d. A expectativa de realização dos créditos tributários está formalizada em estudo que considera os lucros tributáveis futuros da Companhia.

(ii) Obrigações fiscais diferidas

	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2018
Provisão de IRPJ/CSLL sobre atualização de depósito judicial	(1.747)	(91)	9	(1.829)
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda	(389)	-	389	-
Total dos créditos tributários	(2.136)	(91)	(398)	(1.829)
	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2017
Provisão de IRPJ/CSLL sobre atualização de depósito judicial	(1.456)	(168)	-	(1.624)
Total dos créditos tributários	(1.456)	(168)	-	(1.624)

(iii) **Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias**

	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2018	4.735	2.841	7.576
2019	4.930	2.958	7.888
2020	3.771	2.262	6.033
2021	4.165	2.500	6.665
2022 em diante	85.924	51.557	137.481
	103.525	62.118	165.643

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 30 de junho de 2018, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa real de juros, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 151.024 (R\$ 152.439 em 31 de dezembro de 2017).

8 Depósitos judiciais e fiscais

	30/06/2018	31/12/2017
IRPJ e CSLL (*)	11.467	11.238
Total	11.467	11.238

(*) Referem-se a depósitos judiciais, os quais dizem respeito à discussão do direito de deduzir na apuração do lucro real relativo ao exercício fiscal de 1994 (nota explicativa nº 13)

9 Obrigações a pagar

	30/06/2018	31/12/2017
Contas a pagar - Cardif	3.699	-
Contas a pagar - Seguradora líder	1.216	505
Partes relacionadas (nota 16)	1.159	1.931
Provisão para publicação de balanço	105	196
Outras obrigações	274	85
Total	6.453	2.717

10 Impostos e contribuições

	30/06/2018	31/12/2017
CSLL	1.830	1.998
IRPJ	1.382	1.962
COFINS	797	710
PIS	130	115
Total	4.139	4.785

11 Outros débitos operacionais

Refere-se, substancialmente, ao pró-labore relativos às operações de cosseguros aceitos de garantia estendida, no montante de R\$ 2.802 (R\$ 1.910 em 31 de dezembro de 2017).

12 Provisões técnicas - Seguros e Custos de aquisição diferidos

a. Composição

	30/06/2018	31/12/2017
Provisão de IBNR - DPVAT	193.110	126.095
Provisão de Prêmios Não Ganhos - Garantia Estendida	179.133	235.100
Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial - DPVAT	19.640	16.498
Provisão de IBNER - Garantia Estendida	6.248	7.040
Provisão de Sinistros a Liquidar Administrativo- Garantia Estendida	7.295	4.492
Provisão de IBNR - Garantia Estendida	4.633	4.285
Provisão de Sinistros a Liquidar Administrativo- DPVAT	4.518	3.437
Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial- Garantia Estendida	371	480
Outras Provisões - DPVAT	2.380	2.766
Total	417.328	400.193

b. Movimentação das provisões técnicas

	2018	2017
Saldo em 1º de janeiro	400.193	567.955
(-) Seguro DPVAT	(148.796)	(158.279)
Subtotal em 1º janeiro	251.397	409.676
(+) Constituições	42.536	81.358
(-) Reversões	(85.693)	(132.997)
(-) Sinistros pagos	(10.841)	(21.964)
(+) Atualização monetária	281	258
Subtotal em 30 de junho	197.680	336.331
(+) Seguro DPVAT	219.648	150.477
Saldo em 30 de junho	417.328	486.808

c. Aging de sinistros judiciais a liquidar - DPVAT

	30/06/2018		31/12/2017	
	PSL judicial	Quantidade	PSL judicial	Quantidade
Até 1 ano	6.229	2.952	5.968	2.560
1 a 2 anos	4.876	2.339	3.919	1.667
2 a 3 anos	3.139	1.523	2.527	1.101
3 a 4 anos	2.186	1.056	1.606	681
4 a 5 anos	1.228	578	913	366
Acima de 5 anos	1.982	774	1.565	514
Total	19.640	9.222	16.498	6.889

d. Movimentação dos custos de aquisição diferidos

Custos de aquisição diferidos compreendem os custos com despesas de comissão relativos à comercialização de apólices de seguros de cosseguro aceito do produto de garantia estendida sendo apropriados ao resultado proporcionalmente ao reconhecimento do prêmio ganho. Compreende também o custo de aquisição relativo ao contrato de exclusividade com a rede varejista por comercialização do seguro garantia pelo prazo inicial de 12 anos, mais a extensão de 4 anos do contrato, totalizando 16 anos. Devido ao fato da Administração efetuar regularmente a análise relativa à recuperabilidade dos custos de aquisição relacionados a esse contrato, em 2017, considerando a significativa redução das vendas no segmento varejista vis-à-vis o plano de negócio revisado até o último período de divulgação, foi efetuada a baixa da totalidade dos custos de aquisição antecipados à rede varejista de R\$ 324,3 milhões reconhecida em contrapartida a conta de resultado “Variação dos Custos de Aquisição Diferidos”.

	2018	2017
Saldo em 1º de janeiro	<u>141.249</u>	<u>588.872</u>
Constituição	11.271	37.587
Reversões	<u>(55.505)</u>	<u>(423.634)</u>
Saldo em 30 de junho	<u><u>97.015</u></u>	<u><u>202.825</u></u>

13 Provisões judiciais

Refere-se, substancialmente, a provisão no montante de R\$ 2.264 (R\$ 2.220 em 31 de dezembro de 2017) correspondente a parte da Companhia referente à discussão do direito de deduzir na apuração do lucro real relativo ao exercício fiscal de 1994 e seguintes, o saldo de correção monetária de balanço, mediante aplicação do IPC expurgado em janeiro de 1989 - Plano Verão, efetuados por Universal Companhia de Seguros Gerais (Incorporada na Finasa Seguradora S.A.) e pela Finasa Seguradora S.A. (antiga razão social da Atlântica Companhia de Seguros). Há depósitos judiciais de R\$ 11.467 (R\$ 11.238 em 31 de dezembro de 2017) e, em caso de perda da ação, o montante dos depósitos judiciais serão ressarcidos pelo controlador Bradesco Seguros S.A.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é representado por 2.207.711.864 ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

b. Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

c. Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

15 Gestão de Capital

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas.

a. Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações posteriores, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR).

A Companhia está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional como demonstrado abaixo:

	30/06/2018
Patrimônio líquido contábil	894.100
Ajustes Contábeis:	(2.245)
(-) Despesas antecipadas	(1.666)
(-) Ativos intangíveis	(579)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	12.662
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	12.662
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	<u>904.517</u>
Capital mínimo requerido (CMR) - (Maior valor entre I e II)	38.871
Capital base (I)	15.000
Capital adicional com correlação (II) (*)	<u>38.871</u>
Capital adicional de risco de subscrição	12.519
Capital adicional de risco de crédito	15.709
Capital adicional de risco de mercado	21.762
Capital adicional de risco operacional	1.711
Efeito da correlação (benefício)	(12.830)
Suficiência de capital (PLA - CMR)	<u>865.646</u>
Ativos líquidos	<u>293.538</u>
Suficiência de ativos garantidores dos Ativos Líquidos (**)	<u>197.214</u>
Capital de risco deduzido dos ajustes econômicos para fins de índice de liquidez (***)	<u>38.871</u>
Índice de liquidez em relação ao CR % (****)	<u>507%</u>

(*) Cálculo de Capital de Risco é a soma do capital de risco de crédito, mercado, subscrição e operacional aplicado o benefício da correlação conforme Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações subsequentes.

(**) Suficiência dos Ativos Líquidos, conforme determinado pela Resolução CNSP nº 360/2017, em relação ao total de provisões técnicas líquida dos valores redutores da necessidade de cobertura.

(***) Capital de Risco deduzido dos ajustes econômicos para fins de índice de liquidez: Corresponde ao valor do Capital Mínimo Requerido calculado com base no capital de risco de mercado sem considerar os fluxos não registrados e demais capitais inalterados (subscrição, crédito e operacional).

(****) O índice de liquidez em relação ao Capital de risco requerido pela Resolução CNSP nº 360/2017 é de no mínimo 20%.

16 Transações e saldos com partes relacionadas

	30/06/2018	31/12/2017		30/06/2018	30/06/2017
Ativo	35.957	60.312	Despesas	(7.587)	(9.550)
Disponibilidades	5	20	Rateio das despesas administrativas	(7.537)	(9.510)
Banco Bradesco S.A. (controlador final)	5	20	Bradesco Seguros S.A. (controladora direta) (b)	(7.537)	(9.510)
Aplicações	35.952	60.292	Outras despesas	(50)	(40)
Banco Bradesco S.A. (controlador final)(a)	35.952	60.292	Banco Bradesco S.A. (controlador final) (c)	(50)	(40)
Passivo	1.159	1.931			
Obrigações a pagar	1.159	1.931			
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta) (b)	1.159	1.926			
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros (empresa ligada) (b)	-	5			
Total (Ativo - Passivo)	34.798	58.381	Total (Despesas)	(7.587)	(9.550)

- (a) Refere-se a operações compromissadas de títulos públicos.
- (b) Refere-se ao rateio de despesas administrativas compartilhadas. Originada de percentuais de alocação para cada sociedade filiada, sobre o total de despesas incorridas pela sociedade de comando do Grupo Bradesco Seguros, no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing; e g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na Convenção do Grupo Bradesco Seguros.
- (c) Despesas com taxa de custódia, CBLC, CETIP e Selic.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

Em 2018 e 2017, foi determinado o valor máximo de R\$ 84, líquido de encargos sociais, para remuneração dos administradores.

17 Principais ramos de atuação

	30/06/2018		
Ramos	Prêmios ganhos	Sinistralidade %	Comercialização %
DPVAT	30.446	84,80	1,25
Garantia estendida	86.042	10,02	64,51
Total	116.488		

	30/06/2017		
Ramos	Prêmios ganhos	Sinistralidade %	Comercialização %
DPVAT	37.342	87,53	1,20
Garantia estendida	132.997	13,22	74,23
Total	170.339		

18 Detalhamento das contas de resultado

a. Prêmios emitidos

	30/06/2018	30/06/2017
Prêmio de cosseguros aceitos - garantia estendida (*)	30.074	59.120
Prêmios convênio DPVAT	31.867	38.050
Total	61.941	97.170

(*) Inclui RVNE no valor de R\$ 5 em 30 de junho de 2018 (R\$ 116 em 30 de junho de 2017).

b. Receita com emissão de apólices

	30/06/2018	30/06/2017
Emissão de bilhetes - Consórcio DPVAT	3.552	3.356
Total	3.552	3.356

c. Sinistros ocorridos

	30/06/2018	30/06/2017
Sinistros de consórcios e fundos - DPVAT	(22.666)	(22.550)
Sinistros de cosseguros aceitos e retrocessões	(12.462)	(24.992)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - DPVAT	(3.151)	(9.463)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - garantia estendida	(348)	2.757
Ressarcimentos	4.186	4.651
Total	(34.441)	(49.597)

d. Custos de aquisição

	30/06/2018	30/06/2017
Comissões sobre prêmios emitidos - DPVAT	(382)	(449)
Outras despesas de comercialização - garantia estendida	(11.271)	(37.138)
Variação das despesas de comercialização diferidas - garantia estendida (*)	(44.237)	(385.934)
Total	(55.890)	(423.521)

(*) Em 2017 inclui baixa no montante de R\$ 324,3 milhões (vide nota explicativa 12d).

e. Outras despesas operacionais

	30/06/2018	30/06/2017
Recuperação do custo do bilhete - DPVAT	(402)	(752)
Despesas com cobrança - DPVAT	(3.414)	(2.965)
Outras despesas com operações de seguros	(4.755)	(1.768)
	<hr/>	<hr/>
Total	(8.571)	(5.485)

f. Despesas administrativas

	30/06/2018	30/06/2017
Despesas com serviços de terceiros	(7.405)	(12.177)
Despesas com localização e funcionamento	(80)	(115)
Despesas com publicações	(51)	(69)
Despesas com donativos e contribuições	(75)	(100)
Despesas administrativas do convênio DPVAT	(2.392)	(1.834)
Outras	(783)	(844)
	<hr/>	<hr/>
Total	(10.786)	(15.139)

g. Despesas com tributos

	30/06/2018	30/06/2017
Despesas com COFINS	(3.883)	(5.623)
Despesas com PIS	(631)	(914)
Despesas com taxa de fiscalização	(941)	(976)
Impostos federais/estaduais/municipais	(11)	(5)
	<hr/>	<hr/>
Total	(5.466)	(7.518)

h. Resultado financeiro

	30/06/2018	30/06/2017
Receitas financeiras		
Receitas com títulos de renda fixa	40.739	40.032
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais	229	420
Receitas com créditos tributários	-	275
Outras receitas	280	272
Subtotal	41.248	40.999
	<hr/>	<hr/>
Despesas financeiras		
Despesas de operações com seguros	(5.715)	(9.038)
Despesas com títulos de renda fixa	(5.562)	(13.673)
Tributação sobre operações financeiras	(928)	(1.661)
Outras despesas financeiras	(95)	(143)
Subtotal	(12.300)	(24.515)
	<hr/>	<hr/>
Total	28.948	16.484

i. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	30/06/2018	30/06/2017
Impostos diferidos		
Reversão no período sobre adições temporárias	(2.747)	129.560
Imposto de renda e contribuição social devidos	<u>(12.171)</u>	<u>(5.849)</u>
Imposto de renda e contribuição social devidos	<u>(14.918)</u>	<u>123.711</u>

19 Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	30/06/2018	30/06/2017
Resultado antes de impostos	<u>33.834</u>	<u>(311.061)</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas básicas de 25% e 20%, respectivamente	(15.225)	139.977
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Efeito do diferencial da alíquota da contribuição social	-	(16.217)
Contribuição entidades de classe	(34)	(45)
Ajustes efetuados na declaração de rendimentos	-	(29)
Outros	<u>341</u>	<u>25</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(14.918)</u>	<u>123.711</u>
Alíquota efetiva	<u>44,09%</u>	<u>39,77%</u>

20 Outras informações

a. Relatório do Comitê de Auditoria

O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações contábeis intermediárias do Banco Bradesco S.A. (acionista controlador final) em 15 de agosto de 2018, no jornal Valor Econômico.

* * *

Diretoria

Ney Ferraz Dias	Diretor Geral
Ivan Luiz Gontijo Júnior	Diretor Gerente
Marco Antônio Messere Gonçalves	Diretor Gerente
Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa	Diretor Gerente
Enrico Giovanni Oliveira Ventura	Diretor Gerente
Saint'Clair Pereira Lima	Diretor
Vinicius Marinho da Cruz	Diretor

Saint'Clair Pereira Lima
 Atuário - MIBA nº 943

Getúlio Antônio Guidini
 Contador CRC-RS 034447/O-7-T-RJ